



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de LICENCIATURA

Unidade curricular

Justiça Constitucional – 1.º Ciclo – 4.º Ano – 2.º Semestre - optativa

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Professora Doutora Margarida Salema d'Oliveira Martins – 2 horas letivas

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Mestre Jorge Silva Sampaio – 2 horas letivas

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Compreensão geral do sistema português de fiscalização da constitucionalidade das normas de modo a complementar o conhecimento do direito substantivo. Compreensão técnica da justiça constitucional, com destaque para a fiscalização concreta da constitucionalidade. Capacidade de utilização dos termos técnicos próprios dos meios processuais. Capacidade de interpretação e aplicação da legislação processual e da jurisprudência dos tribunais na matéria.

Conteúdos programáticos

PARTE I

INTRODUÇÃO

1. Noção de sindicabilidade judicial.
2. Os diversos contenciosos do poder público internacional.
3. Os diversos contenciosos do poder público interno: constitucional, administrativo, tributário, das contas públicas, contraordenacional.
4. A Justiça Constitucional.

PARTE II

A GARANTIA E A FISCALIZAÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE

1. Garantia da constitucionalidade e garantia da Constituição.
2. Garantia e fiscalização.
3. Critérios processuais de fiscalização.
4. As decisões de fiscalização.
5. As consequências da inconstitucionalidade.

PARTE III

OS SISTEMAS DE FISCALIZAÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE

1. Os sistemas típicos e o direito comparado.
2. A evolução no direito português.
3. O regime português vigente.
 - 3.1. Considerações gerais.
 - 3.2. A fiscalização concreta.
 - 3.3. A fiscalização abstrata da inconstitucionalidade por ação.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

3.4. A fiscalização da inconstitucionalidade por omissão.

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos visam familiarizar os alunos com as matérias de Contencioso Constitucional que assumem maior importância prática no exercício das profissões forenses.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

O ensino será desenvolvido numa vertente teórica, em aula teórica, abordando os pontos essenciais das matérias incluídas no programa e, numa vertente prática, em aula de subturma, envolvendo a análise e interpretação dos diplomas legais selecionados, a resolução de casos práticos e a análise e comentário de decisões do Tribunal Constitucional.

A avaliação de conhecimentos será efetuada através do seguinte método especial, como previsto no artigo 11.º, n.º 2, do Regulamento de avaliação de conhecimentos do Curso de licenciatura em Direito em vigor: análise de jurisprudência, simulações com elaboração de peças processuais, resolução de casos práticos sobretudo em aula prática, com a ponderação de 50% e a elaboração de trabalho escrito sobre tema a fornecer pela docência, com a ponderação de 50%.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

Os objetivos da aprendizagem visam conduzir ao domínio dos conceitos fundamentais de Justiça Constitucional, de forma participada, concreta e prática, mas também analítica em ordem a desenvolver a capacidade e o conhecimento essenciais à sua aplicação.

Bibliografia principal

MIRANDA, Jorge - Manual de Direito Constitucional, tomo VI, 4.ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2013.

BLANCO de MORAIS, Carlos – Justiça Constitucional – Tomo I – Garantia da Constituição e Controlo da Constitucionalidade, Coimbra, Coimbra Editora, 2006;

- Justiça Constitucional – Tomo II, Coimbra, Coimbra Editora, 2011.

NOVAIS, Jorge Reis, Sistema Português de Fiscalização da Constitucionalidade, Lisboa, AAFDL Editora, 2017.

CORREIA, Fernando Alves, Justiça Constitucional, Coimbra, Almedina, 2016.

URBANO, Maria Benedita, Curso de Justiça Constitucional, I volume, Partes Geral, Coimbra, 2016.
o registo à luz do direito português, Coimbra, Coimbra Editora, 2014.